



ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2010

Acta n.º 11

Ao décimo oitavo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Votação da acta da sessão de 30/09/2010; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2010 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2011, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2011; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do lançamento de derrama para o ano de 2011, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao Protocolo à delegação de competências na Junta de Freguesia de Olhos d'Água, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido deduzido pela MRG-Engenharia e Construção, S.A., da declaração de utilidade municipal do parque de estacionamento "P1", localizado na freguesia e concelho de Albufeira, nos termos das alíneas g) e h) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do regime de excepção-condicionamento do período de estacionamento livre (gratuito) para fomento do comércio tradicional na zona antiga da cidade, no parque de



estacionamento "P5" sito na Avenida 25 de Abril, Albufeira, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão para o município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube", respeitante ao prédio sito nos Caligos, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Anabela Santos Nobre (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar. -----

FALTAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (Membro suplente PSD) e a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Simões e Alberto Saraiva (membro suplente), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela e Anabela Santos Nobre. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de três novos membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, devido a alterações na sua composição (doc. anexo à acta). -----

Depois da tomada de posse dos Membros do Conselho, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----



Carlos Vargas Mogo - “A razão que me traz a esta Assembleia Municipal é, de alguma forma, de poder traduzir o nível de preocupação profunda por parte dos residentes em Albufeira a propósito da carga fiscal que tem sido taxada e aquela que, previsivelmente, irá ser taxada. Nesse sentido, eu como primeiro signatário, tive a responsabilidade de preparar uma petição pública que às 21:00 horas tinha já cerca de duzentos e sessenta e dois signatários e subscritores. A petição pública é sucinta e tem a ver exactamente com a carga fiscal que é devida por parte de residentes fiscais neste concelho. Assim sendo e sem ser demorado, antes pelo contrário sucinto, recordaria, ao longo do ano de 2010, deste exercício fiscal, as medidas que já foram implementadas pelo executivo municipal e validadas obviamente pela Assembleia Municipal e tiveram a ver com uma alteração substancial no regulamento de taxas e nas receitas do município em Abril; com um tarifário de prestação no serviço de abastecimento de água, colecta de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, em Maio; e, em Outubro, presumindo que eventualmente irá ser uma realidade, caso não haja alguma futura medida, o agravamento de várias taxas que importam sobremaneira aos residentes, sejam pessoas singulares, sejam pessoas colectivas. Estamos a falar de, em primeira instância, das taxas do IMI, que segundo informação recolhida há intenção de as agravar às taxas máximas, ou seja 0,4% e 0,7%, respectivamente a prédios urbanos avaliados e não avaliados. Tem que ver também com o agravamento da taxa de IRC, ou seja o imposto aplicado aos resultados de empresas, pessoas colectivas, com a introdução de uma novidade no concelho, que é o agravamento de 1,5% a título de derrama de IRC. E também segundo informações recolhidas, o Sr. Presidente terá austeridade de nos informar se de facto correspondem ou não à intenção e à realidade, um agravamento do IRS para as pessoas singulares de 0% para 3%, que é o intervalo que tem a faculdade de ser alterado. Perante esta avalanche de carga fiscal agravada, tendo sido uma conversa entre duas pessoas e não entre um residente e um responsável. Eu recorro ao Sr. Presidente que há cerca de um ano e meio atrás tivemos oportunidade de discutir a propósito de a carga fiscal em Albufeira é ou não, relativamente, por exemplo ao IMI a adequada. Ou seja, estima-se que para os quarenta mil residentes que aqui estão, o número de metros quadrados e os milhões de valores tributados em sede de IMI é, sobremaneira, uma receita per capita para residentes, absolutamente excessivo. O que significa que, a Câmara Municipal de Albufeira tributa os residentes permanentes sem ter em linha de conta as questões que se referem ao rendimento per capita e ao pagamento de colecta per capita. Ora, neste sentido, pareceu-me sempre, e não sou o único, como lhe digo em três dias houve duzentas e sessenta e duas pessoas que entenderam que, de facto, esta era a posição a tomar, e por questão de, em democracia e porque importa ser mais participativo no sentido de ajudar a gerir com mais razoabilidade, com mais transparência, com mais racionalidade, eu assumi o protagonismo de ser o porta-voz desta mensagem. E a mensagem é muito a preocupação dos residentes em Albufeira a propósito dos presumíveis agravamentos das cargas fiscais sobre os mesmos. Então pergunta-se o seguinte: qual tem sido o destino das receitas de um dos mais ricos municípios do país



e onde se paga mais impostos per cápita, porque há muitos que cá não residem que também pagam? Ou seja, o que pode justificar este aumento de impostos e de taxas? O que fez a Câmara até hoje para conter a despesa eventualmente supérflua e não só? A qualidade do serviço prestado pelo município legitima a elevada carga fiscal autárquica? Estas são questões que importam, seguramente, a todos. E todos estamos aqui num espírito construtivo, no sentido de ver se, de facto, esta carga adicional que me parece que tem sido contestada a nível do poder central e a dificuldade da aprovação do Orçamento tem exactamente a ver com isso, que é eventualmente não poder agravar mais a carga fiscal sobre as pessoas singulares e eventualmente sobre as empresas, mas sim, impor às máquinas, seja do Estado da administração central, seja do Estado da administração autárquica, uma maior racionalidade, uma maior contenção e um esforço, para que os cidadãos tenham alguma justiça ao olhar esta situação. Assim sendo, eu terminaria, muito rapidamente, e entregarei esta lista ao Sr. Presidente, se me permitir, eu diria, os cidadãos que aqui nasceram, aqueles que aqui vivem, aqueles que escolheram Albufeira para trabalhar e viver, não merecem, não querem e não aceitam, ser vítimas do abuso fiscal da administração autárquica. As razões porque vimos por este meio demonstrar a nossa discordância perante o possível aumento de Imposto Municipal sobre Imóveis para as taxas 0,4 e 0,7; a passagem de 0 para 3% de taxa a fixar pelo município em sede de IRS e a criação de uma derrama de 1,5% sobre o IRC, bem como manifestar a nossa discordância perante o novo tarifário de prestação de serviços de abastecimento de água, colecta de água residuais e recolha de resíduos sólidos para o ano de 2010 e o regulamento de taxas e outras receitas do município e da respectiva tabela. Portanto, sumariamente, é isto que me trás aqui a esta Assembleia e, peço encarecidamente ao Sr. Presidente que aceite aqui esta manifestação de discórdia, não é uma oposição que tenha outra coisa que ver a não ser o pedido que a administração local faça um esforço para que os munícipes entendam que, de facto, há uma contrapartida que é exigida. Escuso de fazer aqui dissertações sobre a crise económica, não me compete a mim e acima de tudo, quero alertar tão somente, para o seguinte: o município de Albufeira e a comunidade que aqui reside tem um ano de 2011 com imensas preocupações a serem resolvidas, para já a nível económico e consequentemente a nível social. Daí que, prevê-se que o ano de 2011 seja de facto bastante grave em termos de impactos sociais, parece-me completamente desajustado que se venha impor maior carga fiscal a quem, eventualmente, venha a ficar numa situação socialmente muito instável, razão pela qual me parece que a cidadania dos residentes impõe que a gestão autárquica se passe a fazer com uma parcimónia visível e constante. Sr. Presidente, se me permite, entregar-lhe-ei a petição (doc.1)." -----



Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO ... Page 1 of 2



Início | Criar Petição | Recomendar a Amigo

(Petições Actuais) | [ULTS](#)

Um dos mais antigos métodos da democracia.



www.peticaopublica.com

[Gestão de Resíduos](#) Especialista em Gestão de Resíduos Solicite Os Nossos Serviços! www.ages.pt

[Planeament RH](#) Assiduidade Líder Man+Cestão Recursos Humanos Mobilidade, Recolha Dados, Logística www.shq

[Crédito Flexibom](#) Até 50.000€ em 96 meses sem pagar juros nos 2 primeiros meses. Flexibom.pt

Anúncio Google

[Ver actuais Signatários](#) | [Assinar esta Petição](#)

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Para: Todos os interessados em Albufeira

OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

DESTINATÁRIOS: EXECUTIVO MUNICIPAL E ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

AS OPÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL QUANTO A IMPOSTOS E TAXAS EM ALBUFEIRA!

OUTUBRO DE 2010

As taxas de IMI aumentarão para as taxas máximas, 0,4 e 0,7, prédio urbanos avaliados e não avaliados, respectivamente!

Pela primeira vez, em mais trinta anos de poder autárquico democrático, as sociedades vão pagar derrama sobre IRC (+ 1,5 % ,o valor máximo permitido)!

A taxa de IRS a fixar pelo município passará de 0% para 3%!

MAIO DE 2010

Foi aprovado um novo Tarifário de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água, Colecta de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos para o ano de 2010, com aumentos da ordem dos 100%!

ABRIL DE 2010

Foi aprovado um novo e penalizador Regulamento de Taxas e outras Receltas do Município e respectiva Tabela, com aumentos extremamente significativos em todos os serviços prestados pelo município de Albufeira!

As questões que se colocam a cada um de nós são:

Qual tem sido o destino da receitas de um dos mais ricos municípios do país e onde se paga mais impostos per capita?

<http://peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2010N3791>

18-11-2010



Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO ... Page 2 of 2

1.

O que podia justificar este aumento desproporcionado de impostos e taxas?

O que fez a Câmara até hoje para conter a despesa supérflua e populista?

A qualidade do serviço prestado pelo município legitima a elevada carga fiscal autárquica?

Os cidadãos que aqui nasceram, aqueles que aqui vivem, aqueles que escolheram Albufeira para trabalhar e viver não merecem, não querem e não aceitam ser vítimas do abuso fiscal desta administração autárquica!

Razões porque vimos por este meio demonstrar a nossa discordância perante:

- O aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis para as taxas de 0,4 e 0,7, taxas máximas;
- A passagem de 0% para 3% na taxa a fixar pelo município em sede IRS;
- A criação de uma derrama de 1,5% sobre o IRC devido pelas empresas;

Nem como manifestar a nossa discordância perante:

- O novo Tarifário de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água, Colecta de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos para o ano de 2010, que sofreu aumentos da ordem dos 300%;
- O novo Regulamento de Taxas e outras Recolhas do Município e respectiva Tabela;

Os signatários

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS II

Esta petição encontra-se alojada na Internet no site Petição Pública que disponibiliza um serviço público gratuito para [petições online](#).

Caso tenha alguma questão para o autor da Petição pode enviar através desta página: [Contactar Autor](#).

[Criar Petição](#) | [Sobre Nós](#) | [FAQ](#) | [Política de Privacidade](#) | [Termos e Condições](#) | [Enviar a um amigo](#) | [Contacte-nos](#)

Partilha: [blogger](#) [delicious](#) [digg](#) [facebook](#) [furl](#) [reddit](#)
[sleashdot](#) [eprints](#) [stumbleUpon](#)

O site Petição Pública encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) com o número 9327/2009.

[Petição Pública](#) © 2000-2010. Todos os Direitos Reservados.



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA N... Page 1 of 2



[Handwritten signature]
Presidência

Revista em linha, muito fácil. Há 15 centavos o documento.
www.peticaopublica.com

Assinatura Google

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL, Para Todos os Interessados em Albufeira

256 pessoas já subscreveram.

Le a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

1 *Carolina Vazquez*

- 2 João Miguel Grande Costa
- 3 Diana de Jesus Ferreira Paredes
- 4 Florbela de Jesus Palma Coimbra
- 5 Isabel Maria Fimemtal Miranda do Príncipe
- 6 Zélia Maria de Palma Ribeiro Machado
- 7 João Maria Ribeiro
- 8 João Bernardo Almeida Soares
- 9 Rogério Tyce Rodrigues Neto
- 10 Luis Manuel dos Santos Gonçalves
- 11 Hugo Miguel Costa Brito
- 12 Hugo Miguel Simão Augusto
- 13 Henrique Gomes Faria
- 14 António Joaquim dos Santos Caldeira
- 15 Fernando José dos Santos Andrade
- 16 Cristina Maria Andre Marques
- 17 Landino Eugénia Mendes Vieira
- 18 António José da Silva Amado
- 19 Helena Maria Teixeira da Silva
- 20 João Carlos Gomes Monteiro

A solução não pode passar porque se trata de todos os contribuintes, não existe excepção de despesas mas sim uma pressão de maior receita.

já chegou os termos pedidos

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos últimos signatários da Petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



Assinatura

Acompanhe a Petição Pública assinada



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 2



Resposta em linha, gratuita. Há dois canais para as petições: uma para as petições públicas (Petição Pública) e outra para as petições privadas (Petição Privada).
 Para a Petição Pública (Petição Pública), tem de ser assinada por pelo menos 10 pessoas.
 Preços acessíveis desde 2007. Saiba mais: www.peticaopublica.com

Assinatura

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL! Para Todos os interessados em Albufeira

256 pessoas já subscreveram.

Lê a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

21	José Jacinto	
22	José Ricardo Simões Vilgas de Silva	Quando o Governo vai pedir um aumento aos contribuintes para o ano 2011, como está reflectido no PEC 3, é desproporcionado e contraproducente para a situação económica das famílias, esta proposta de Câmara Municipal de Albufeira. Tem temores de dificuldades para todos os residentes do concelho, a Câmara deverá em alternativa atacar o desperdício e não aumentar as taxas para a obter mais receita.
23	Carlos Manuel de Oliveira Moreira	
24	Maria José da Costa Machado	
25	Franco Luís Henriques Mendes	
26	Alde Mano Neto Pereira de Campos Ferreira	
27	José Carlos Mendes Vieira	
28	Alvaro Manuel da Carmo Mendes Gregório Vieira	
29	João Neto Esteves	
30	Luís José Sousa diogo	
31	MARIA PAULA MARINHO MATEUS MARTO MATEUS	
32	Vasco Manuel Gomes Ribeiro	
33	Paulo Carlos Raposo	
34	Heitor José Gonçalves do Santos	
35	Berço Manuel da Silva e Silva	
36	Filipe Manuel Duarte Santos da Costa	
37	Carlos Manuel Gomes Custódio	
38	Ulisses Carlos Santos	
39	Luís Carlos Gomes	
40	Reuben José Machado Amândio	

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



Pesquisar

Reserva em linha, muito fácil. Há de editar e corrigir...
 Por apenas €10,000 (custo de 10€) com 1000MP3, publico 1000...
 Preço de compra de 3,20€ soma melhor...
 1000MP3

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL! Para Todos os Interessados em Albufeira

256 pessoas já subscreveram.

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

- | | |
|---|------------|
| 41. João Daniel Correia Nogueira | |
| 42. Lúcia Novo | |
| 43. Cristina dos Santos D'Almeida | |
| 44. Pedro Miguel Faria da Silva Almeida | |
| 45. Sora Patricia Figueira Aires | Não assina |
| 46. Paulo Sérgio Correia Martins | |
| 47. Lúcia Novo | |
| 48. Maria Fátima Marques | |
| 49. Domingos Manuel Martins Coelho | |
| 50. João Alexandre Oliveira Nogueira | |
| 51. João Alexandre Oliveira Nogueira | |
| 52. Silva Carolina Nogueira da Silva | |
| 53. Paula Cristina Santos Almeida | |
| 54. João Carlos da Silva Lago | |
| 55. Ana Paula do Carmo Pinheiro | |
| 56. Paulo Alexandre Marcelino Lopes Vale | |
| 57. Maria Helena Pereira da Costa Martins | |
| 58. OLGA MARIA SILVA CATAPINA | |
| 59. Rogério Vitorino Lourenço | |
| 60. Paulo Alexandre Faria Almeida | |

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos campos numéricos da petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



Centro de

Assinar a Petição Pública

Publicar: 10/10/09 de 10/10/09 10/10/09 10/10/09 10/10/09 10/10/09 10/10/09 10/10/09 10/10/09

Este site é uma reprodução do site do Centro Nacional de Proteção de Dados (CNPJ) com o nome de Albufeira.

Petição Pública 9/10/09-2010. Trabalho de Albufeira.

<http://www.peticaopublica.com/PeticaoListaSignatarios.aspx?page=&sr...> 18-11-2010

Marina Osherson

256 pessoas já subscreveram.

Amor a Pátria DE RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

61. Lucé Miguel Dias da Rocha
62. Maria Emília Bezerra Sousa
63. Fernando Sílves Cabrita Neves
64. Domingos Manuel Rodrigues Pires
65. HENRIQUE JOSE DA SILVA JOAQUIM
66. Bruno Manuel Almeida Queiroz
67. colégio da vida formation nova
68. MARIA AMÉLIA SILVA MONTEIRO
69. Paulo Jorge Castanho Cebeiro
70. Nuno Miguel da Silva Almeida
71. Nelson José Queiroz Pereira
72. José Manuel Detente de Jesus
73. Andréia Cecília Martins
74. João Paulo Ribeiro Gonçalves
75. Maria Helena Engrácia Rodrigues
76. Maria Sílvia Florêncio da Costa
77. Susana Lucia Lourenço Taveira
78. Isabel Maria Loureiro Macielinho
79. José Joaquim Grossinho Marques Fontaine
80. Joaquin Alves

¹ necessário (114.148.112 e 137.291.764 e cinco números a seguir).

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPÓSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Liste des différents signifiants de PathDoc:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



Assessment of a Policy to Promote a Transition

[Zine](#) [blogger](#) [del.icio.us](#) [digg](#) [facebook](#) [furl](#) [reddit](#) [scoop.int](#) [voteyourself](#)

© 2005 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 258: 395–403

Rechtsanwalt Dr. J. K. 2000-2007. T. 1000-1000. 1000-1000.



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 2



Postar

Assinatura em vídeo: muito fácil - basta clicar sobre o ícone de vídeo para assinar e gravar a assinatura.
Por apenas 615.000 euros na P&D, com pat. patenteada pelo TmTm/Univ. de
Aceder à Petição P&D em: www.peticaopublica.com

Assinatura em vídeo

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL, Para Todos os interessados em Albufeira

257 pessoas já subscreveram.

Lista Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

21	Paula Miguel da Silva	
22	Paula Domingos	
23	Paula Domingos	
24	Paula Domingos	
25	Paula Domingos	
26	Paula Domingos	
27	Paula Domingos	
28	Paula Domingos	
29	Paula Domingos	
30	Paula Domingos	
31	Paula Domingos	
32	Paula Domingos	
33	Paula Domingos	
34	Paula Domingos	
35	Paula Domingos	
36	Paula Domingos	
37	Paula Domingos	
38	Paula Domingos	
39	Paula Domingos	
40	Paula Domingos	
41	Paula Domingos	
42	Paula Domingos	
43	Paula Domingos	
44	Paula Domingos	
45	Paula Domingos	
46	Paula Domingos	
47	Paula Domingos	
48	Paula Domingos	
49	Paula Domingos	
50	Paula Domingos	
51	Paula Domingos	
52	Paula Domingos	
53	Paula Domingos	
54	Paula Domingos	
55	Paula Domingos	
56	Paula Domingos	
57	Paula Domingos	
58	Paula Domingos	
59	Paula Domingos	
60	Paula Domingos	
61	Paula Domingos	
62	Paula Domingos	
63	Paula Domingos	
64	Paula Domingos	
65	Paula Domingos	
66	Paula Domingos	
67	Paula Domingos	
68	Paula Domingos	
69	Paula Domingos	
70	Paula Domingos	
71	Paula Domingos	
72	Paula Domingos	
73	Paula Domingos	
74	Paula Domingos	
75	Paula Domingos	
76	Paula Domingos	
77	Paula Domingos	
78	Paula Domingos	
79	Paula Domingos	
80	Paula Domingos	
81	Paula Domingos	
82	Paula Domingos	
83	Paula Domingos	
84	Paula Domingos	
85	Paula Domingos	
86	Paula Domingos	
87	Paula Domingos	
88	Paula Domingos	
89	Paula Domingos	
90	Paula Domingos	
91	Paula Domingos	
92	Paula Domingos	
93	Paula Domingos	
94	Paula Domingos	
95	Paula Domingos	
96	Paula Domingos	
97	Paula Domingos	
98	Paula Domingos	
99	Paula Domingos	
100	Paula Domingos	

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos últimos signatários da Petição


J. Casquer

256 pessoas já subscriveram.

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

101. Luisa dos Ramos Almeida
102. José Pedro Carvalho Lapaço Barbosa
103. Paula Maria de Brito Flores
104. José Augusto Batista Oliveira
105. Celso Maria Gombro da Associação Política
106. Ana Cristina Barreto da Associação Política
107. Manuel José Rocha Santiago
108. Filipe Pedro Martins Pereira
109. Eduardo Miguel Soares Marques Carvalh
110. José Augusto Soares Lameira
111. Maria Rodrigues
112. HUBERCELA MARIA INALBU PEREIRA DA RACILITENIU
113. Maria Cristina Barata Carlos Pereira
114. Jimmy Nelson Rios Simões
115. João Acosta Silva Beirão
116. Fátima dos Dóres Matos
117. Hugo Hugo Gonçalves Azeite
118. **Associação Moçicana de Comércio Unipessoal, Lda**
119. Mariana Bahia
120. Rita Alexandra Vieira Moreira

Assim, a Polícia OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL.

Liste des villes qui se trouvent sur la route.

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



157225

Acompanhe a Petição Pública em www.peticaopublica.com.br

DeSika | Blogger | delicious.us | Digg | Facebook | huff | reddit | slashdot | Sourcefire

O site www.cnpq.br encontra-se registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com o número 037776699.

Delightful Reads, Inc. 2000-2012. All Rights Reserved.



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



[Handwritten signature]
Peticionário

Reserve em linha, imprime, partilha e compara a economia.
www.peticaopublica.com

Assunto: Conselho

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!, Para Todos os interessados em Albufeira

256 pessoas já subscreveram.

Lê a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assina a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

- 121 Daniel da Silva Taveira de Jesus
- 122 Luis Manuel Marques Pereira
- 123 Lilete Pires Neves Ribeiro Pinto
- 124 Rogério Paulo Silva Pereira
- 125 Lucie Leoncio da Silva Almeida
- 126 Manuel Antonio Cavaco Teixeira
- 127 Maria Felismina Rodrigues
- 128 Ricardo Silva
- 129 Vilmar Manuel Clemente da Silva
- 130 José Luis Cordeiro
- 131 David Martins
- 132 Nuno Ferreira Felismino
- 133 José Manuel Madeira Pereira da Silva
- 134 João Carlos Mendes dos Santos
- 135 ALITO MANUEL VARGAS CARDOSO
- 136 António José Marques Sousa
- 137 Sandra Cristina Teixeira Pinheiro
- 138 Tiago João da Silva Almeida
- 139 José Geraldes Pereira Soares
- 140 Priscila Da Conceição Almeida Pereira

Assina a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos últimos signatários da Petição:

1-201	21-401	41-601	61-801	81-1001	1001-1201
121-1401	1401-1601	1601-1801	181-2001	2001-2201	2201-2401
2401-2601					



Albufeira, 2010

Assinatura da Petição Pública

Partilha: [Blog](#) [Twitter](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#) [Google+](#) [YouTube](#) [Instagram](#) [Pinterest](#)

Esta Petição Pública encontra-se registada no Conselho Nacional de Promoção de Petições (CNP) com o número 1027/2009.

Petição Pública Nº 1027/2009, Petição de Direito de Petição.

<http://www.peticaopublica.com/PeticaoListaSignatarios.aspx?page=&sr...> 18-11-2010



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



[Handwritten signature]
Peticionário

Reservados todos os direitos. É proibida a cópia ou a distribuição sem autorização.
www.peticaopublica.com

Assinatura: [Handwritten signature]

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição **OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL**. Para Todos os interessados em Albufeira

256 pessoas já subscreveram.

Assinatura da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinatura da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

141. Diana Macilha, grupo 141mp
142. Maria Fernanda Nogueira
143. Luciano Sene da Silva
144. Valeria Nuno Silva Camarinho
145. Paula Cristina Gomes Rocheta Facatto
146. Genilde Isabel Cuatrecasas de Sousa
147. Maria Lúcia Almeida Roque
148. Maria Guisela Vassallo
149. Dina Paula Santos-Cunha
150. Genilde Rigueir Martins Pereira
151. Maria do Carmo P. M. Aires
152. Maria Lúcia Bernardino Gregório
153. Genilde Maria Machado De Mendonça
154. Rita Maria Aguiar Ribeiro
155. Maria Guisela Nogueira da Silva
156. Manuel Alberto Santos Oliveira Silva
157. Ana Vanessa Duarte Moura da Moura
158. Manuel Paulo
159. Luis Isabel dos Santos Gonçalves
160. Ana Oliveira

Assinatura da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos últimos signatários da Petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



[Municipality of Albufeira]

Assinatura da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Partilha: [Blogger](#) [Delicious](#) [Digg](#) [Facebook](#) [Furl](#) [Reddit](#) [StumbleUpon](#)

O site Petição Pública encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) com o número 13077/2009.

Petição Pública 2009-2013. Todos os Direitos Reservados.

<http://www.peticaopublica.com/PeticaoListaSignatarios.aspx?page=1&sr...> 18-11-2010



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA N... Page 1 of 2



[Handwritten signature]
Peticionador

Portugal 6 15 009 (chave na mão), com data de 09/11/2010
Razão em 09/11/2010 - Razão em 09/11/2010 - Razão em 09/11/2010
Petição P004 000000 - Petição P004 000000

Assunto: Causa

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!, Para Todos os interessados em Albufeira

198 pessoas já subscreveram.

Lá a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

161	Liana Matias	
162	Carla Sofia Linhares Lázaro Lopes Neto	
163	Duarte Nuno Rodrigues Cunha	
164	FRANCISCA DO CARVAL VARELA GRILLO ALVES	
165	António Manuel Soares Loução	
166	Cláudio Miguel Rodrigues Lacerda	VAMOS CONTINUAR O QUE ESTÁ MAL E NÃO MUDAR A SITUAÇÃO...
167	Vitor Manuel Santos Fidalgo	
168	Carla Cristina Gonçalves Barreto	
169	Patrícia da Conceição Silva Cunha	
170	Miguel Sabina Sousa Fernandes	
171	Humberto João Vieira Cristóvão	
172	Manuel Alexandre Rodrigues Mendes de Lima	
173	Cláudio Coelho Bastardinho	
174	João António João Marques	
175	Esperança Maria Luísa Rosa Santos Pereira	
176	Nuno Carlos Palma Guerreiro	Não vamos abandonar os nossos valores e a nossa identidade, mas sim lutar para que não se apagam os valores que são nossos, pois o apagar de certo não é o melhor para o povo. Não por o que faz é preciso ser mais conscientes aos residentes.
177	Beltrame Maria do Silva Juncal	
178	João Luis Rodolfo Torres	
179	Mário António Lopes da Silva	
180	Paula Cristina Maria Rodrigues de Sousa Pinto	

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos 30 mais signatários da Petição
[1-20] [21-40] [41-60] [61-80] [81-100] [101-120]
[121-140] [141-160] [161-180] [181-200]

Toda a Nossa Game De Relógios Enão é a de Q-Liner. Veja Já www.hard2game.com

James C. Smith

207 pessoas já inscreveram.

Assinar a Petição 06 RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPÓSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCEITO COMO O 'CAMPEÃO' DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



Interessa em saber a sua opinião sobre assuntos locais e nacionais? Assine a Petição Pública e participe ativamente no processo de decisão política. Assine a Petição Pública e participe ativamente no processo de decisão política. Assine a Petição Pública e participe ativamente no processo de decisão política.

Assine a Petição Pública

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL, Para Todos os interessados em Albufeira

223 pessoas já subscreveram:

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

201. Carlos Miguel Sousa Cardoso
202. SILVIA MARIA RUIZ SEBASTIÃO CORREIA
203. Alexandra Isabel de Jesus Rafael
204. Maria do Rosário Alves Duarte
205. Artur Rodrigues
206. Maria José Mariana Sousa Galvão
207. GARCIA ALBERTO CARLOS MARQUES
208. Maria Paula Vitor Soares dos Santos de Almeida
209. Sandra Cristina Graça Pinheiro
210. Raul Manuel Graça Pinheiro
211. Filipe do Luz Francisco
212. Ana Raquel Oliveira Batista Longo
213. Alana de Jesus da Luz Correia Cabral
214. Mónica Maria Fátima Veiga (Aristu)
215. Lara Mariana dos Santos Bento
216. Fernando João Marques dos Santos
217. António Emilio da Silva
218. António Sofia André Vieira Raposo
219. Eli Susana Pereira Gaspar
220. Maria Lúcia Fernandes Coimbra

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Lista dos últimos signatários da Petição

[11-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]



Assine a Petição

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Partilha: Blogger, Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, Print, Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, Print, Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, Print

A Petição Pública é uma iniciativa do Município de Albufeira, criada em 2009, com o objetivo de promover a participação dos cidadãos no processo de decisão política.

Assine a Petição Pública e participe ativamente no processo de decisão política.



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



Receba em 10 segundos, muito fácil. Hoje os conflitos e problemas, não sendo resolvidos, vão para o tribunal e isso custa caro. Para isso, temos uma alternativa que custa nada. Petição pública desde 2006. Só não sei se a conhece o senhor.

Assinatura: [Assinatura]

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL, Para Todos os interessados em Albufeira.

257 pessoas já subscreveram.

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

- 221 antónio manuel gomes vicário
- 222 Ana Teresa Salgado da Nunes Antunes
- 223 Ana Maria Pereira Ferreira
- 224 Nelson António Laleiro Fidalgo
- 225 Lúcia Sousa Nogueira Valério Vieira
- 226 Maria do Anjo Almeida André Góes
- 227 Fernando Manuel Sousa Gregório
- 228 Maria Sílvia Vieira Catão Gonçalves da Silva
- 229 MARIA DE ASSUNÇÃO MARQUES
- 230 Manuel do Carmo Almeida
- 231 Heloisa Fátima Vieira
- 232 Elisabete Maria Fátima dos Santos
- 233 Francisco da Luz Rodrigues Lameiras
- 234 Graciela Góes Costa Belo
- 235 Susana R.B. Vieira
- 236 Carla Maria Pereira Gaspar
- 237 Elisabete Castanho
- 238 Luís Manuel Silva
- 239 Flávia Maria dos Santos
- 240 Álvaro Manuel Nicolau Fernandes

Assinar a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Lista dos últimos signatários da Petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



100% legal

Assinatura e Petição Pública

Twitter | Blogger | del.icio.us | digg | facebook | furl | reddit | stachdot | 100% legal

O site Petição Pública encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) com o número 807/2009.

Petição Pública © 2009-2010. Todos os Direitos Reservados.

<http://www.peticaopublica.com/PeticaoListaSignatarios.aspx?page=1&sr=1> 18-11-2010



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



Reservar em 30 dias, para 1000, 10000 e 100000, as seguintes quantidades de assinaturas, para serem utilizadas em petições públicas, para serem utilizadas em petições públicas, para serem utilizadas em petições públicas.

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL, Para Todos os interessados em Albufeira

259 pessoas já subscreveram.

A Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

- 241 Oliveira dos Santos Aires
- 242 Paul Marques Silva Aguiar Mendes
- 243 Maria Natália Aguiar Gonçalves Fernandes
- 244 Rita de Jesus Teixeira Sousa Gaspar
- 245 João Miguel dos Santos Pereira
- 246 Maria Alberta Salazar de Oliveira Pereira
- 247 Maria de Fátima Oliveira Gonçalves Borges
- 248 António Carlos Jesus Paderna
- 249 João Paulo Rebelo Reis
- 250 João Almeida
- 251 António Carlos Lameira Mendes
- 252 Nuno Lourenço
- 253 Vítor Manuel Carrão Borges
- 254 Eduardo Manuel Penteado Palma
- 255 António Leão dos Santos
- 256 Paulo Fernando Marques da Silva
- 257 Paulo Carlos Fernandes Martins
- 258 Joana Rosa Costa Martins
- 259 Ana Margarida da Conceição Avelino

Se a municipalidade não quiser, a comunidade local e do região alguma se beneficiará.

Assine a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL

Lista dos assinantes da Petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]					



14.10.2010

Assinatura da Petição Pública

Publicar: Blogger | Del.icio.us | Digg | Facebook | Twitter | RSS | StumbleUpon | YouTube

O site Petição Pública encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) com o número 00000000.

Petição Pública R/ 2008/ 2010. Todos os Direitos Reservados.



Lista de Signatários da Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO... Page 1 of 1



Reserva em linha, alojamentos, hotéis, apartamentos e económicos: www.peticaopublica.com
 Preços turísticos (até 4.500€) em linha: www.peticaopublica.com
 Porque? Porque não dá outra forma, não desespere mais! É a única forma de resolver.
 Alameda da Google

Proceder

Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Nós subscrevemos a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!, Para Todos os interessados em Albufeira

262 pessoas já subscreveram.

Lê a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Assina a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

- 262 Isabel Maria Rodriguez Vieira
- 261 Miguel Filipe Gomes dos Santos Nogueira
- 260 Patrícia Isabel Martins Cardoso
- 259 Ana Margarida da Conceição Azeiteiro
- 258 Alberto José Cabrito Martins
- 257 Pa, E. Cristina Fernandes Nobre
- 256 Paulo Fernandes Figueiredo Barcelos
- 255 António Lodi dos Santos
- 254 Eduardo Manuel Afonso Palma
- 253 Vítor Manuel Correia Borges
- 252 Nuno Lourenço
- 251 António Carlos Conceição Gomes
- 250 João Ribeiro
- 249 João Paulo Kufner Costa
- 248 Sónia Santos Gomes Pereira
- 247 Maria do Salma Afonso Gomes Borges
- 246 Mano Alberto Sousa de Oliveira Pereira
- 245 Pedro Manuel dos Santos Pereira
- 244 João de Jesus Evaristo Bellotti Gomes
- 243 Maria Natividade Aires Gonçalves Fernandes

Se não estás na lista de assinantes, a economia local e da região agradece a tua assinatura.

Assina a Petição OS RESIDENTES DE ALBUFEIRA NÃO QUEREM O SEU CONCELHO COMO O "CAMPEÃO" DOS IMPOSTOS E TAXAS EM PORTUGAL!

Uma das últimas assinaturas da Petição:

[1-20]	[21-40]	[41-60]	[61-80]	[81-100]	[101-120]
[121-140]	[141-160]	[161-180]	[181-200]	[201-220]	[221-240]
[241-260]	[261-280]				



18.11.2010

Assinantes da Petição Pública em Portugal

Twitter: @peticaopublica del.icio.us: peticaopublica flickr: peticaopublica reddit: peticaopublica stumbleUpon: peticaopublica

© 2009 Petição Pública. Petição Pública é uma marca registada na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) com o número 9327/2009.

Petição Pública © 2009-2010. Todos os direitos reservados.

<http://www.peticaopublica.com/PeticaoListaSignatarios.aspx?pi=P2010...> 18-11-2010



Vasco Barreto - "Queria fazer uma observação, já que a Câmara, aparentemente, não resolveu o problema. Eu já telefonei cinco vezes para a Polícia Municipal e ninguém atende o telefone. As cinco vezes, dentro do horário de funcionamento e dias úteis. Liguei para a recepcionista da Câmara a perguntar se o número estava correcto, foi-me confirmado que sim e ela própria ligou para a Polícia Municipal e talvez durante quinze minutos ninguém atendeu. Eu já expus o problema na sessão de Câmara ao Dr. Rolo mas, ninguém resolveu nada, como é habitual da parte desse Senhor. Pedia à Assembleia Municipal que se debruçasse sobre o assunto para saber porque uma Polícia na capital do turismo não atende o telefone, Isto é assunto para ser remetido para Bruxelas, para o Dr. Durão Barroso. Era só isso." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e antes de dar início ao Período da Ordem do Dia apresenta proposta de alteração dos pontos da ordem do dia (doc.2). -----



Proposta de Alteração da ordem dos pontos

da ordem do dia

Vendo-se que os pontos da ordem do dia foram fixados por ordem de chegada, deve, contudo, ser alterada a sua ordem de discussão e deliberação, por causa do ponto 11, cuja deliberação, eventualmente, afectará outros pontos e desloca os actuais pontos 7 e 8.

Assim, o actual ponto 11 deverá sempre ser discutido e deliberado antes dos pontos 7 e 8.

Facendo exposto proponho a seguinte alteração à Ordem do Dia:

O Actual ponto 11	passa a ser o	ponto 4
O actual ponto 4	passa a ser o	ponto 5
O actual ponto 5	passa a ser o	ponto 6
O actual ponto 6	passa a ser o	ponto 7
O actual ponto 7	passa a ser o	ponto 8
O actual ponto 8	passa a ser o	ponto 9
O actual ponto 9	passa a ser o	ponto 10
O actual ponto 10	passa a ser o	ponto 11

Albufeira, 18-11-2010



O Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia para a discussão da proposta. Ninguém quis usar da palavra e a proposta é colocada à votação.

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Votação da acta da sessão de 30/09/2010; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

O Membro Carlos Lima apresenta duas pequenas correcções de pormenor, que serão efectuadas posteriormente. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca à votação a acta com as correcções já introduzidas. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por unanimidade -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2010 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. inicia o ponto apresentando uma proposta sua (doc.3) e seguidamente passa a palavra aos membros da Assembleia. -----



Proposta de

Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2010

Sendo de acolher favoravelmente a actual proposta da Câmara quanto aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, já quanto aos prédios urbanos deverá manter-se a deliberação do ano passado, de forma a não haver aumento da mesma.

Assim, não se verificará qualquer aumento relativamente ao ano passado.

Assim proponho que, com referência ao ano de 2010, as seguintes taxas:

- 0,6% para os prédios urbanos;
- 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

Albufeira, 18 de Novembro de 2010

Vitor Clemente - "Essa era e é a nossa proposta. É certo que comungamos no mesmo sentido no que diz respeito aos valores, porque é em relação ao ano passado e como não estamos aqui a criar demagogia nenhuma, sabemos também das dificuldades que existem por todo o lado, e dado que no ano anterior a taxa foi de 0,4 e 0,6



respectivamente, é essa a nossa proposta também para ser remetida. Eu passo a ler (doc.4)". -----

PROPOSTA

TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2010, RESPEITANTE A PRÉDIOS URBANOS E A PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMO DO CIMI.

1. CONSIDERANDO A ACTUAL CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA, CABE TAMBÉM AOS MUNICÍPIOS UTILIZAREM OS INSTRUMENTOS FISCAIS DE QUE DISPÕEM PARA EFECTIVAMENTE ALIVIAREM DAS DIFICULDADES AS FAMÍLIAS E DAS EMPRESAS, DESTE CONCELHO DE ALBUFEIRA

2. CONSIDERANDO TAMBÉM QUE OS IMPOSTOS MUNICIPAIS DEVEM SER INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTERESSE MUNICIPAL, DE ENTRE AS QUAIS SE DESTACA A RENENERAÇÃO E A REABILITAÇÃO URBANA, PARTICULARMENTE CONSIDERANDO A NATUREZA TURÍSTICA DESTE CONCELHO.

3. CONSIDERANDO O ESTABELECIDO NAS ALÍNEAS B) E C) DO Nº 1 DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 64/2008, DE 5 DE DEZEMBRO, QUE AS TAXAS DESSE IMPOSTO SÃO:

- NO QUE RESPEITA A PRÉDIOS URBANOS, DE 0,4% A 0,7%;
- RELATIVAMENTE A PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI, DE 0,2% A 0,4%.

E QUE PREVÊ AINDA O MESMO ARTIGO, NOS NºS 5 E 13, QUE A FIXAÇÃO ANUAL DAS TAXAS ENTRE OS VALORES MENCIONADOS CABE AO MUNICÍPIO.

[Handwritten signature]



PROPÕE-SE:

A) QUE A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBERE NO SENTIDO DA FIXAÇÃO, COMO REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2010, CUJA COBRANÇA SERÁ EFECTUADA EM 2011 (ABRIL E SETEMBRO), DANDO A DEVIDA NOTA À DIRECÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÃO E DE IMPOSTOS NOS TERMO DA LEI:

- 0,6 % PARA OS PRÉDIOS URBANOS AINDA NÃO AVALIADOS;
- 0,4 % PARA OS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIME;

;

ALBUFEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2010

O GRUPO DOS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

1 2



Presidente da A.M. - "Como há duas propostas, o ideal seria fundirmos as duas. Reduzir as duas propostas tirando os considerandos e reduzi-la apenas à parte deliberativa, que é a parte da fixação." -----

Vitor Clemente - "A situação que me diz respeito, é certo que compete à Assembleia aprovar a taxa de IMI, mas sobre proposta da Câmara. Isto terá que ser remetido, porque a Câmara aprovou diferente, mas é da responsabilidade da Assembleia." -----

Presidente da A.M. - "A Câmara tem a capacidade de propor e nós temos a capacidade de aprovar, chumbar ou modificar. E estamos a modificar. A modificar, não substancialmente, mantemos a taxa dos prédios urbanos nos termos do CIMI e no caso dos prédios urbanos, a Câmara propõe 0,7 e nós mantemos 0,6 como no ano passado." --

Vitor Clemente - "No entanto Sr. Presidente, dando continuidade a este processo, nós temos outro tipo de proposta, que eu passo a ler e depois o Sr. Presidente irá aceitar ou não. *"Sobre este imposto e considerando a actual conjuntura económica, os elementos do PS na Assembleia propõem que Assembleia Municipal de Albufeira delibere no sentido da aprovação e sua implementação em todo o seu território para que venha minorar em 30% a taxa aprovada para prédios urbanos avaliados ou não avaliados que tenham sido objecto de intervenção, reabilitação ou requalificação."* A proposta é no sentido das dificuldades que existem, não só em Albufeira mas em quase todo o país, em que há dificuldades das pessoas, economicamente, de virem a reabilitar os edifícios de uma situação económica. Esta também seria uma maneira de a Câmara também colaborar e ajudar o município." -----

Presidente da A.M. - "Eu tenho dúvidas sobre a admissibilidade dessa proposta, porque não consta da ordem de trabalhos. Poderá fazê-la numa sessão seguinte. Hoje se a quiser apresentar eu vou ter que a não aceitar. Poderá apresentá-la para a reunião de Dezembro." -----

Carlos Lima - "A proposta não pode fazer parte dessa? É só uma proposta, uma, em que propõe os 0,4 e 0,6 e mais esta, na mesma proposta." -----

Presidente da A.M. - "Assim vota-se em alternativa, não há problema nenhum." -----

Francisco Calhau - "É apenas para dizer que, o que interessa e o que está aqui em discussão, não são as palavras, é o objectivo final que é, aprovar as taxas e os valores das taxas. E aí, parece-me que nós, conseguimos ter unanimidade na Assembleia. Se assim for, a proposta que foi feita inicialmente, de retirar os considerandos e aprovar uma proposta que o objectivo final é a manutenção das taxas que estavam no ano passado, parece-me ser a mais correcta. Se não é possível fazer isso, então temos de ir pela votação em alternativa, que não parece, se o grupo parlamentar do PS continuar a insistir, perde-se a possibilidade de poder ter uma votação por unanimidade na Assembleia." -----

Presidente da A.M. - "A última parte desta proposta, tenho sérias dúvidas sobre a sua admissibilidade." -----

Vitor Clemente - "Se persiste a situação da parte da dúvida, não há nada melhor do que nós a deixarmos. Ficará agendada para uma próxima oportunidade. Eu juridicamente não estou balizado para o dizer, nem tenho aqui documentos para



afirmar que sim, nem me compete nada disso. Agora, é uma demonstração para as pessoas virem a fazer um certo investimento. Mas, para facilitar, em vez de proposta passa a recomendação à Câmara Municipal." -----

Presidente da A.M. - "Mas, mesmo assim. Eu tento seguir as regras. E diz aqui no art.83º da Lei que: *"Só podem ser objecto de deliberação os assunto incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos 2/3 do numero legal dos seus membros reconhecerem a urgência da deliberação imediata sobre outros assuntos."* Ora, a convocatória estabelece só a fixação das taxas, nada mais. Portanto, não me parece que numa assembleia extraordinária isto possa ser admitido. Se quiser retirar e mandá-la para uma próxima, tudo bem, se não vou ter que a recusar." -----

Vitor Clemente - "A situação não é bem clara, no meu entendimento, mas não temos ninguém aqui para desempatar. No entanto, eu retiro como proposta e passa a recomendação. Pode ir como recomendação à Câmara. A Câmara que mande executar. Se tiver possibilidades tem, se não tiver, não tem. É uma recomendação. A Assembleia tem esse tipo de poderes, de recomendar outros assuntos inerentes ao seu concelho, à Câmara Municipal. A Câmara pode a utilizar ou não mas, a recomendação ficará feita." -

Presidente da A.M. - "Eu vou ter de seguir o meu entendimento. O meu entendimento é o seguinte: tem toda a razão quando diz que a assembleia pode recomendar à Câmara, mas isso é uma deliberação e essa deliberação não está autorizada pela lei numa assembleia extraordinária, uma vez que não consta da ordem de trabalhos. Portanto, eu vou ter que recusar esta proposta face à lei. Agora, o que está aqui em causa, a matéria, tem todo o mérito e poderá vir numa outra sessão. Não estou a por em causa o mérito do que está aqui, estou a por em causa é, nesta assembleia extraordinária onde nós estamos agora, não nos é admitido pronunciarmo-nos sobre esta matéria. É tão só isto. Se o Senhor quiser que ela fique, ficará a fazer parte da acta da assembleia como ficando não deliberada, pode ficar. Se o Senhor quiser poderá retirá-la e apresenta-la para a próxima assembleia." -----

Vitor Clemente - "Eu retiro-a e depois faço-a chegar à Mesa da Assembleia." -----

Presidente da A.M. - "Quanto à outra parte, eu acho que, o mais correcto será ficar as duas a constar da acta e votarmos apenas a parte deliberativa, que é o que está em causa e que é a fixação das taxas que, quer numa quer noutra, são iguais."-----

Não havendo intervenções, o Presidente da A.M. coloca as duas propostas, a parte deliberativa, que se fundem numa só, a votação em alternativa, com a proposta da Câmara Municipal. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA (A) - apresentada pela C.M.A. - zero (00) votos favoráveis -----

PROPOSTA (B) - apresentada pelas bancadas partidárias do PSD e PS - vinte e cinco (25) votos favoráveis - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela



Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----
Ausências: zero (00) -----

A proposta (B) é aprovada por unanimidade São aprovadas as taxas de 0,4% para prédios urbanos e 0,6% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. ---

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2011, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; Presidente da A.M. - "A proposta que vem é: *"relativamente ao ano de 2011, seja fixada a taxa de 0%, libertando-se consequentemente os consumidores da obrigação de pagamento de mais este encargo."* Que é o encargo das comunicações. -----

Carlos Lima - "Eu não sei porque é que ao aplicar alguma percentagem ao direito de passagem, isso seja automaticamente reflectido na factura. Acho que, não há nada que o obrigue. Se calhar é norma da EDP, é isso que eles fazem, mas não há nada que o obrigue a isso. E se calhar, estamos na altura de dividir as águas e sabermos o que é que cada um cobra. Com o argumento de que não se quer fazer com que a factura da electricidade seja mais cara está-se a privilegiar a EDP pela utilização de um bem que é municipal. Eu percebo que é isso que costuma ser feito, concordo com os 0% só para não penalizar o consumidor mas, acho que o consumidor não devia ser penalizado por isto. A EDP é que devia ganhar menos. Mas como neste país, infelizmente, é assim que as coisas funcionam, está tudo alicerçado com base nos poderosos. Mais uma vez, nós arranjamos argumentos para poupar mais umas centenas e uns milhares a quem devia pagar pela utilização. É sempre o mesmo argumento, é sempre a mesma justificação, que é o consumidor e em nome do consumidor. Eu concordo com isto, mas há coisas que se dizem em nome do consumidor que estão a fazer com que as coisas não sejam transparentes. Chegou a altura de se começar a definir as coisas e, realmente, o consumidor saber que alguém lhe está a cobrar mais indevidamente, não lho devia cobrar. O povo português é suficientemente idóneo, percebe isso, porque também percebe que é a EDP que lhe está a cobrar uma série de coisas que não devia cobrar. Se nós próprios deixamos de pôr isso em questão e se pactuamos com situações destas, acho que nunca mais moralizamos estas situações. Eu só quis dizer isto para ficar registado, não vou de maneira alguma porque sei que é a norma, é a prática e é difícil de mudar estes vícios da EDP e outros tais que infelizmente temos que ir aturando porque são monopolistas e têm serviços que nós precisamos. Eles têm, de facto, a faca e o queijo na mão, como se costuma dizer. Na prática não há capacidade nem força para obstar que a EDP faça reflectir estes custos na factura. Só por isto é que eu concordo com esta proposta." -----

Presidente da A.M. - "Isto é um dos defeitos de haver estes regimes de monopólio, estes defeitos que nós temos no nosso regime jurídico, e que estabelecem aquilo que bem entendem. Nós aqui, enquanto município, temos tido a prática de não sobrecarregar mais, o consumidor. É indiscutível que se iria reflectir imediatamente na



conta de cada um. É o único motivo que nos leva, e que me leva também a mim, a votar favoravelmente. Por forma alguma eu sou favorável a este privilégio destas ditas "empresazinhas". -----

Não havendo intervenções, o Presidente da A.M. coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. É aprovada a taxa de 0%. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão para o município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube", respeitante ao prédio sito nos Calços, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Antes de dar início à discussão do ponto, os Membros Paulo Freitas e Miguel Mesquita ausentam-se da sala. -----

Presidente da A.M. - Apresenta proposta (doc.5). -----



REVERSÃO do DIREITO DE SUPERFÍCIE

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou propor

a reversão (do Imortal), para o Município, do direito de superfície e para conversão em direito de propriedade plena do mesmo, relativa a uma parcela de terreno com a área de 15.950 m² (...).

atribuir ao superficiário (Imortal) uma compensação financeira pela actual extinção do direito, fundada em imperativos de interesse público, pelo montante de Euros 692.900,00, destinada ao ressarcimento de eventuais danos decorrentes da privação do direito que lhe assistia, tendo em conta os 45 anos que terão de decorrer para a extinção contratual, pelo decurso do prazo

e remeter a esta Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, no âmbito das respectivas competências.

Vendo exclusivamente a proposta que deu azo àquela deliberação da câmara e respectiva fundamentação, diz-se que consta do contrato de constituição do direito de superfície que:

« o terreno pode reverter no todo ou em parte para o Município, desde que este fundamente a sua necessidade para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público, sem prejuízo das indemnizações referidas no artigo oitavo deste contrato»

e mais adiante que o dito artigo oitavo consagra designadamente que

« na caso de extinção do direito de superfície o superficiário terá direito a uma indemnização equivalente ao valor de quaisquer instalações ou benfeitorias que tenham sido por si efectuadas».

Resulta ainda da proposta camarária, uma breve resenha histórica sobre a matéria, designadamente que o direito de superfície constituído pelo Município a favor do Imortal terá resultado de duas escrituras, uma datada de 24-2-1982 e outra de 11-6-1985 e que de lá para cá existiram várias reversões gratuitas do Imortal para o Município, uma em 31-1-1994, outra em 04-8-2005, outra em 09-4-2007 e que nos terrenos destas reversões terão sido edificadas as piscinas municipais, ou dois campos de futebol de relva sintética e infra-estruturas de apoio.

Vem agora a Câmara justificar a presente reversão onerosa, dizendo que a mesma se destina

«a que seja edificado um equipamento destinado a jovens, para servir propósitos educativos e culturais».

Esta é a proposta em sumo, tal como formulada.

Por um lado há que realçar a nobreza dos propósitos da Câmara ao pretender edificar um equipamento para jovens para fins educativos e culturais, propôs-lo este que perliho em pleno, mas por outro lado, esta fundamentação está em contradição com o contrato de constituição do direito de superfície e designadamente o seu artigo oitavo, onde se consigna



que a superficiário terá direito a uma indemnização equivalente ao valor de quaisquer instalações ou benfeitorias que tenham sido por si efectuadas, uma vez que a indemnização preconizada no montante de Euros 692.900,00, é destinada ao ressarcimento de eventuais danos decorrentes da privação do direito que lhe assistia, tendo em conta os 45 anos que teriam de decorrer para a extinção contratual, pelo decurso do prazo.

Em todo o caso, não se vê que a indemnização fixada seja referente a benfeitorias, mas pelo contrário tem a ver com os anos de privação do uso, com o valor de Euros 15.397,78/ano.

Assim, há que ver que, em primeiro lugar existe uma violação do próprio contrato de constituição do direito de superfície, na proposta em apreço.

Por outro lado, não resulta da proposta, para além de uma nobre intenção que se saia, qualquer projecto em concreto, ou respectiva fase de elaboração, o que desde logo reduz o valor da intenção por causa das actuais dificuldades financeiras do país, a que não é alheio o Município de Albufeira que, como se sabe, não é uma ilha em Portugal.

Tendo, assim, sérias reservas quanto à possibilidade de se poder tomar tal deliberação, designadamente, sem antes se alterar o contrato de constituição do direito de superfície, por outro lado não me parece adequado gastar, nesta fase difícil, o valor de Euros 692.900,00 por um terreno que não se sabe ainda quando irá ter qualquer utilidade em concreto para o Município e por isso, sem mais considerações, **proponho que se delibere que:**

1. A **proposta de reversão** para o Município do direito de superfície do terreno sito em Caligos tal como proposta, seja reprovada;
2. A aprovação do ponto anterior tem consequência directa sobre os pontos seguintes, referentes à **3ª Revisão das Grandes opções do Plano 2010/2013**, onde se mostra reflectida aquela reversão e custos e à respectiva **4ª Revisão do Orçamento**, que tal como configurados, se mostram prejudicados com a deliberação do ponto anterior, pelo que devem ser **retirados da ordem do dia**, a fim de que possam ser corrigidos pela Câmara Municipal;
3. Resultando da deliberação do ponto um supra, uma **diminuição da despesa do Município**, ficam também prejudicadas, no todo ou em parte, as eventuais razões que levaram a que a Câmara propusesse uma **derrama ou uma participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio em Albufeira**, pelo que **tais pontos devem ser retirados da ordem do dia**, atento que ainda poderão ser decididos na Assembleia Ordinária de Dezembro, por forma a que a Câmara possa, entretanto, se assim o entender, revogar, reformular, modificar e / ou justificar as suas propostas.

Albufeira, 18 de Novembro de 2010



Francisco Calhau -"O PSD nesta Assembleia está solidário com a proposta do Sr. Presidente da Assembleia." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da A.M. coloca a sua proposta a votação.

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Paulo Freitas e Miguel Mesquita. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao Protocolo à delegação de competências na Junta de Freguesia de Olhos d' Água, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Não havendo intervenções, o Presidente da A.M. coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido deduzido pela MRG-Engenharia e Construção, S.A., da declaração de utilidade municipal do parque de estacionamento "P1", localizado na freguesia e concelho de Albufeira, nos termos das alíneas g) e h) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto. "Gostaria de dizer apenas para quem não fez parte da Assembleia Municipal no mandato anterior, que já houve um pedido de declaração de utilidade municipal. Destina-se a pedirem depois a isenção de IMI. Devo dizer que a Assembleia, no passado, aprovou. É só para aqueles que não estiveram cá, terem conhecimento dessa matéria." E passa a palavra aos Membros da Assembleia." --



Carlos Lima - "Embora eu ache que é de todo o interesse, ainda bem que apareceu alguém para fazer estacionamento aqui em Albufeira, todos sabíamos, e eu em concreto, que alertei o Sr. Presidente da Câmara na altura, que era muito complicado gerir um parque de estacionamento desta envergadura. Eles são necessários mas, parques desta dimensão são extremamente difíceis de gerir e, principalmente, quando é gerido com o fito do lucro, que é o caso das empresas privadas. Na altura, até foi sugerido por mim, talvez o Sr. Presidente se lembre, que estes projectos teriam que ter sempre agarrados, se possível, parques comerciais, para serem viáveis. Porque era fácil de adivinhar que um parque de estacionamento nesta altura, e já temos o exemplo do parque de estacionamento nos Olhos d'Água, é extremamente difícil, um parque que é utilizado dois, três meses, ter rentabilidade. Portanto, esta é uma questão. A outra é a que nos trás esta deliberação, que é, numa altura em que se aumenta o IMI, numa altura em que se pede a contribuição de toda a gente, mais uma vez vão ser os privados a terem isenções. Estamos a falar de uma isenção, quando uma pessoa compra uma casa para viver, neste país ainda há o direito de comprar uma casa para viver, não sei até quando mas penso que ainda há esse direito, foi sendo reduzida a isenção de dez anos para cinco e não sei se já foi reduzida para menos anos, nós aqui estamos a falar numa isenção de vinte e cinco anos. Acho que temos de arranjar estratégias para possibilitar que estas explorações sejam rentáveis, tem de ser porque senão fecham. Mas acho que talvez não seja este o caminho. O caminho é, se calhar, proibir estacionamento na zona, é ser mais barato para ser utilizado também no Inverno. Há mil e uma possibilidades que nós podemos propor, mas a quem compete rentabilizar aquela exploração é o proprietário. Agora, nós temos que estar atentos e queremos todos, de certeza, que as coisas que existem em Albufeira sejam viáveis. Parece-me um bocado exagerado e só por isto é que falo nisso, na altura quando se quer através do IMI, conseguir mais receitas, estamos a falar de uma isenção de vinte e cinco anos. Não sei se será possível isentar por menos anos e ao decorrer dos anos, consoante a exploração, consoante a rentabilidade, irmos prorrogando e irmos vendo isto caso a caso. Porque senão, nós estamos a isentar por vinte e cinco anos, daqui a três, quatro anos, e o turismo comece outra vez a ser mais vigoroso, espero bem que sim, e estamos a ver estes parques a terem lucros. Devem ser situações vistas casualmente, não digo ano a ano mas, estarmos à partida a isentar por vinte e cinco anos, acho que é demais. Não vejo essa preocupação de ninguém em relação aos jovens que comprem casas agora, não vejo essa preocupação para com as pessoas que cada vez mais têm dificuldades em pagar as suas casas aos bancos, não vejo essa preocupação em relação ao IMI. É o que eu tenho a dizer sobre este assunto." -----

Presidente da A.M. - "Nós aqui, em termos de Assembleia, não estamos a conceder isenções nenhuma, estamos a conceder a possibilidade de que vão requerer a isenção. Nós aqui estamos apenas a fazer a emissão da declaração de utilidade pública. Só quero recordar uma coisa, os parques de estacionamento em Albufeira, não me parece, não percebo nada de parques de estacionamento, um negócio muito atractivo atenta a sazonalidade. E parece-me, pelo menos tenho essa convicção e já o tive na deliberação



anterior, de que a motivação pelo município, aos privados para que venham fazer aquilo que o município não tem capacidade para fazer, não é demais, porque somos uma zona turística e temos necessidade de estacionamento, porque hoje somos todos preguiçosos e gostamos de levar o carro para dentro da praia se for preciso. Penso que é de toda a utilidade pública que haja quem se atreva, eu não me atrevia, a fazer um investimento em estacionamentos em Albufeira, atenta a sazonalidade de que nós padecemos aqui. Ainda há pouco tempo decorreu aqui uma conferência sobre essa matéria, e este tipo de cidades, com este tipo de características, não tem nada a ver com Lisboa, onde a rotatividade é imensa e permanente, o que aqui isso não sucede. Portanto, o que nós estamos a fazer é a declaração de utilidade pública. Eu considero que há utilidade pública, já o considerei no passado e vou manter; até por razões de princípio de igualdade, vou manter o mesmo critério. A Assembleia evidentemente que decidirá, uns com um motivo, outros com outro." -----

Carlos Lima - "Concordo com quase tudo o que acabou de dizer menos com o ponto 5 onde diz: *"Estatui o artº50º n.º1 do Estatuto dos Benefícios Fiscais..., que ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis por um período de 25 anos os prédios afectos exclusivamente a parques..."*. -----

Presidente da A.M. - "Li o artigo e conheço-o há muito tempo. Mas nós não declaramos a isenção; nós declaramos a utilidade municipal e esse é um dos pressupostos para que possam pedir isenção. Se reparar na ordem de trabalhos, é a declaração de utilidade municipal, mais nada, de facto sabemos qual é a consequência."-

Carlos Lima - "Permita-me só para terminar que dê um exemplo escabroso, que é o senhor vem pedir o porte de arma e diz "Eu vou pedir o porte de arma para matar aquela pessoa, mas eu só quero que vocês me dêem a licença." E nós damos a licença. Se ele vai matar ou não já não é connosco." É o que está aqui a dizer que a intenção é essa. Se não for, mas eu estou convencido que é." -----

Presidente da A.M. - "Nós apenas fazemos a declaração de utilidade municipal. Foi o que eu disse!" -----

Presidente da Câmara - "Vou falar só para complementar aquilo que o Presidente da Assembleia disse, porque tenho alguma experiência e contacto com essa matéria, porque isso tem a ver muito com aquilo que tem sido a luta de Albufeira em relação aos parques de estacionamento, como vocês sabem. Posso dizer que este parque de estacionamento que estamos a falar que é um parque de estacionamento muito complicado de se arranjar alguém que quisesse investir cá. Esta é a realidade! Houve concursos, houve um processo muito difícil e depois acabou por aparecer uma empresa, que eu até hoje ainda não consegui perceber como é que uma empresa e tendo em conta a natureza de Albufeira, a sazonalidade, faz um investimento de sete milhões e tal de euros onde a rentabilidade daquele parque vai-se arrastar e só começará, eventualmente, a ter algum lucro ao fim de dezassete anos, é mais ou menos essas as contas. Graças a Deus que eles quiseram fazer o parque e, graças a Deus que o parque está ali. Em relação ao parque lá em baixo, foram abertos concursos e não apareceu ninguém. Depois a Câmara teve de abrir concurso, e o empreiteiro faliu, como sabem e



lançámos o concurso de concessão/exploração. Apareceram catorze, quinze entidades a virem buscar documentos para participar nesse concurso e nenhum concorreu para a concessão/exploração do parque. Isto tem a ver, obviamente, com as condições de uma cidade como esta. Neste momento há um parque em Portimão em que a empresa quer acabar o contrato porque está com dificuldades. Ou seja, a gestão dos parques no Algarve e nas cidades que não sendo Lisboa e Porto, é muito complicado gerir em termos de rentabilidade e por isso a questão do interesse público no dos Olhos d'Água, já no outro mandato e penso que o da Marina também tem a declaração de utilidade municipal, não tenho a certeza. Quando isso foi para os Olhos d'Água, foi para estimular, para que qualquer investidor que quisesse vir fazer um parque em Albufeira, pelo menos tinha uma ideia de que era possível essa benesse. Foi para ser mais apelativo, porque gerir um parque aqui é complicado. Como vocês sabem, nós vamos a Lisboa e temos os parques cheios, aqui, funcionam dois ou três meses. Mas, não podemos fechar todo o perímetro porque quem mora nas zonas envolventes também quer ter algum espaço de liberdade nas suas zonas. Penso que a questão da possibilidade desta isenção tem a ver exactamente com isto, do grande esforço da empresa, sendo grande ou sendo pequena, neste caso média, que conseguiu fazer um parque que não se conseguia de outra maneira. Queria deixar esta informação para fazer complemento à do Sr. Presidente da Assembleia." -----

Paulo Freitas - "Em complemento ao que acaba de ser dito, eu gostava de esclarecer uma coisa. O Sr. Lima falou na questão dos jovens que, têm dificuldade ao comprarem casa e às vezes não têm isenção. Essa isenção parte da lei, não parte desta Assembleia Municipal. A isenção que vier a ser dada a esta empresa também não parte da Assembleia Municipal, parte da declaração de utilidade pública que efectivamente tem de ser deliberada. Como disse o Sr. Presidente, as empresas têm dificuldade em efectuar o investimento. A Câmara tem tido dificuldade em encontrar empresas que estejam interessadas em construir e explorar os estacionamento; o investimento é de monta, a rentabilidade e rendibilidade do investimento daquela natureza implicam apenas o início do retorno financeiro após dezassete anos. Como referiu o Sr. Presidente se nesta Assembleia, neste Executivo, não tivermos a intenção de promover a vinda de empresas para investir nestes equipamentos, como se irão criar postos de trabalho? Como se criaram condições para o turismo? Se isto não é efectivamente uma questão de utilidade pública, temos uma visão muito reduzida daquilo que queremos que seja Albufeira e do que se quer que Albufeira represente em termos de condições para quem nos visita. Relativamente à questão dos jovens, só gostava de referir que é a lei que estabelece os limites de isenção. Hoje, aqui, já ouvimos algumas críticas ao Governo no que diz respeito à carga fiscal, à diminuição dos direitos das pessoas, e quando como liberdade suficiente, podemos apresentar uma moção ou uma recomendação ao governo para que delibere de maneira diferente no que diz respeito à lei dos impostos municipais. A isto, certamente, o PSD na sua generalidade, votará a favor dessa recomendação. Mas a verdade é que não podemos é limitar os direitos



desta Assembleia e os poderes desta Assembleia, com base numa crítica à lei geral e ao governo." -----

Carlos Lima - "Acho que estamos a falar da mesma coisa. Estamos a falar do IMI, e o IMI é sempre o imposto sobre os imóveis, seja para jovens, seja para parque de estacionamento, seja para o que for. E o que nós estamos a assistir é, à proposta da Câmara da fixação do IMI para o máximo que pode e isso vai tudo para o mesmo "bolo". Este IMI que se pretende isentar por vinte e cinco anos, iria para o mesmo "bolo" do outro IMI. Portanto, isso não deriva da lei, não tem nada a ver com isso, tem a ver com as opções que nós tomamos e, as opções que nós tomamos são estas. O IMI aplicado às pessoas é sempre superior ao IMI aplicado aos imóveis das empresas, neste caso parques de estacionamento. Eu comecei por dizer que é complicado tornar viável um parque daqueles, poderá haver outras formas, esta é uma forma. No dia que estamos a discutir o IMI agravado, estamos a discutir a isenção de IMI na mesma altura. É só para isto que eu quero alertar. Agora, dizer que nós não estamos a deliberar nada disso. Então não sei o que é que estamos aqui a fazer. Estamos a dizer que é de interesse municipal, ponto final. E, se calhar, esse interesse municipal, até vai fazer com que os Senhores paguem mais. Eles até vão pedir para pagar mais em vez de pedir isenção. Nós não estamos por dentro de nada que implica a atribuição do interesse municipal, nós sabemos quais são as consequências e, porque sabemos quais são as consequências é que optamos. Achamos que sim ou achamos que não. Porque sabemos que dessa consideração deriva qualquer coisa. Dizer que não deriva porque eles não pediram, dizer que não sabemos que não estamos a discutir isso, acho que é um bocado redutor. Sobre este assunto, já falei demais." -----

Luis Reis - "Um pequeno à parte quanto às críticas dos impostos estabelecidos pelo governo. Queria relembrar que o PSD tem-se oposto ao aumento dos impostos e tem prolongado a assinatura do Orçamento Geral do Estado com base nesse tipo de argumentação. Fico um bocado espantado como esta Câmara segue uma linha diferente e apresenta nesta sessão, apesar de o ter retirado, todas essas taxas que fazem que seja um aumento e que é defendido com garras e unhas pelo PSD neste Orçamento geral do Estado." -----

Presidente da A.M. - "Só queria salientar aqui um ponto que é de natureza administrativa e que eu à pouco mencionei mas que, talvez tenha passado um pouco à margem, e que é a questão de já ter havido uma declaração de utilidade municipal, pelo menos uma, que eu me recordo. Já ouvi falar de uma segunda, mas não tenho a certeza. Há uma questão: nós aqui temos poderes discricionários, ou seja, nós podemos dizer sim ou não, e por isso vem aqui, para deliberarmos. Contudo, eu recordo a esta Assembleia e cada um fará o que quiser mas deve fazê-lo conscientemente, que há princípios que também nos são ditados mesmo no âmbito dos poderes discricionários e o princípio da igualdade é o princípio que nós devemos utilizar quando estabelecemos um critério deliberativo. Ou seja, perante condições iguais, nós não devemos deliberar de uma forma para o "Senhor A" e de uma forma diferente para o "Senhor B". Daí eu ter referido há pouco a situação para que as pessoas tenham consciência disso.



Evidentemente que se podem levantar questões: que já passou muito tempo, ou que os tempos são outros. E aí poderá ser discutido mas, deverá ser sempre devidamente justificado este uso de poderes discricionários, quando alterem estas regras do princípio da igualdade. É apenas um mero esclarecimento à Assembleia, que eu penso que lhe era devido." -----

Vitor Clemente - "É apenas uma pergunta muito concreta, que se o Sr. Presidente tiver algum indicador poderia dizer. Estamos a falar deste pedido de isenção de IMI, neste caso de um parque de estacionamento. Qual é o valor? Ninguém sabe, pois não?! Seria óptimo se esse valor viesse implícito nesta situação, porque aí poderíamos ver e hoje seria fácil de resolver." -----

Presidente da A.M. - "Para mim, essa situação do valor é absolutamente indiferente. Porque neste campo e em muitos eu rejo-me por princípios. Portanto, o meu princípio, exclusivamente, uma vez que já votei favoravelmente um e acho que as condições não se alteraram de lá para cá, é a obrigação de votar favoravelmente também este." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da A.M. coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01) Carlos Lima -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente, Sara Carvela, Florbela Caixinha e Luís Reis --

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO DECIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do regime de excepção-condicionamento do período de estacionamento livre (gratuito) para fomento do comércio tradicional na zona antiga da cidade, no parque de estacionamento "P5" sito na Avenida 25 de Abril, Albufeira, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia -

Carlos Lima - "Tenho uma proposta a apresentar em alternativa à da Câmara, que depois de devidamente ponderada, achei que poderia servir melhor os interesses do comércio tradicional e alertar para que, a proposta da Câmara ao obrigar o consumo mínimo de dez euros, para as pessoas terem acesso a parquear durante as duas primeiras horas, na minha modesta opinião, vai deixar de apoiar o comércio tradicional, que é o que se pretende. Se fizermos as contas, simples, e aconteceu-me há três, quatro dias. Fomos quatro pessoas ao estabelecimento, bebemos um café e uma água cada um, demos uma volta pela baixa, estive lá meia hora, vi as montras, fiquei de olho numas calças mas não comprei e vim embora. Não paguei aqueles vinte minutos que



estive no parque. A partir de agora vou pagar, porque um café uma água custa 1,50€, para quatro custarão 6€. Esse tipo de comércio vai deixar de ter este apoio que se pretende dar. Não posso dizer que os estabelecimentos que vendem roupa são os únicos beneficiados, não o são, eu posso ir comprar um par de meias que não custa 10€. Muitos consumos, se calhar a maioria dos que se fazem lá em baixo, não chegam aos 10€. Estou convencido que não. Nós sabemos que, hoje em dia, infelizmente, há muitos restaurantes que têm o prato do dia, que são 6, 7€. Já não vale a pena ir lá a baixo, vai pagar estacionamento. Há contradição na própria proposta e nos considerandos, que eu até concordo. Os considerandos estão correctos mas depois concluem mal. Vou com a minha proposta dar outra alternativa e mostrar que se pode concluir melhor. E porquê? Nós não podemos dizer que está provado, durante estes dois anos, que houve um incremento na frequência da deslocação de residentes e turistas à baixa. Pois houve, mas agora pretende-se acabar com isso. O que se pretende é que as pessoas venham à baixa, mas as pessoas são livres de comprar ou não. Eu posso ir lá a baixo a pensar que vou beber um café mas depois apetece-me comprar outra coisa, mas se não for lá, de certeza absoluta que não entro em loja nenhuma. Para consubstanciar o que disse, apresento uma proposta alternativa à da Câmara, que passo a ler (doc.6)." -----



Assunto: Parque de Estacionamento P5, sito na Avenida 25 de Abril, Albufeira. Alteração ao regime de excepção – Condicionamento do período de estacionamento livre (gratuito) para fomento do comércio tradicional na zona antiga da Cidade.

Considerando que:

1- Esta Assembleia Municipal está preocupada com a grave crise económica que assola o concelho, com consequências extremamente gravosas para os mais variados sectores de desenvolvimento, com especial incidência sobre o emprego e a consequente crise social;

2- Esta Assembleia Municipal estava ciente que havia necessidade de adoptar medidas que de algum modo viessem revitalizar a economia e concretamente o comércio;

3- Esta Assembleia Municipal acolheu a iniciativa da Câmara Municipal no sentido de fomentar o crescimento e a sustentação das actividades do designado "comércio tradicional", situado na zona antiga de Albufeira;

4- Esta Assembleia Municipal aprovou com aquele desiderato, um regime de excepção ao tarifário do Parque de estacionamento designado por P5, situado na Avenida 25 de Abril, em Albufeira;

5- O citado regime, como reconhece a Autarquia, nestes dois anos de vigência, tem, de facto, evidenciado algumas melhorias no fomento do comércio local e no incremento da frequência e deslocação de residentes e turistas para a zona histórica da Cidade de Albufeira;

6- Nenhum residente ou turista se desloca à baixa só porque o estacionamento é gratuito nas primeiras duas horas, e mesmo que assim fosse não criava problemas de estacionamento, pois o parque tem pouca frequência neste período de época baixa;

7- O que verdadeiramente interessa é fomentar a deslocação de residentes e turistas à zona antiga da Cidade, onde se encontra o comércio que se pretende promover, independentemente do valor dos consumos e até mesmo na ausência pontual desses mesmos consumos;

Atento ao exposto, proponho que:

Durante o período de 1 de Outubro a 30 de Abril de cada ano civil o estacionamento no Parque de Estacionamento (P5) na Avenida 25 de Abril seja gratuito por um período máximo diário de duas horas consecutivas.

Albufeira, 28 de Novembro de 2010



Luis Reis - "É só para comunicar que, confrontados os pequenos comerciantes da zona da baixa com este tipo de alteração, com plafond de 10€, ficaram assustados e todos eles me afirmaram de que iria, com certeza, haver diminuição de vendas porque eles notavam que uma percentagem das vendas que efectuavam eram directamente ligadas à compra para a isenção dessas duas primeiras horas. Há pessoas que vão lá a baixo sem intenção de comprar alguma coisa mas, eventualmente, para usufruírem desse gratuito efectuam compras, fazem despesa para absorverem esse gasto. Não haja dúvida nenhuma que isso é um incentivo ao pequeno comércio. E se o poder político presente na maioria nesta Câmara Municipal de Albufeira, não escutar os comerciantes da baixa antes de tomar uma atitude destas, verificará que na realidade aquilo que eu estou a dizer, é um problema que eles estão a levantar e que prevêem diminuições de vendas. Estou a falar do pequeno comércio, nomeadamente venda de jornais, cafés, tudo o que não origina gastos até 10€. Quero também dizer que, aquele parque de estacionamento durante todo este tempo em que as pessoas podiam usufruir das primeiras duas horas gratuitas com a apresentação de uma factura comprovativa do gasto, nunca esteve em sítio visível assinalado esse tipo de benesse. Os estrangeiros que estacionam lá, a maior parte deles não apresenta factura, apesar de terem feito gastos, porque não está sinalizado. Eu não o vi!" -----

Miguel Mesquita - "A questão é esta: nós nunca estamos satisfeitos com o que temos, queremos sempre mais. O que não podemos ter, é aquilo que nós queremos. O argumento, há uns anos quando não havia parque, era porque não havia estacionamento. Agora têm estacionamento, não vão lá a baixo porque estão condicionados ao gasto de 10€. Não levem a mal, mas isto é "chover no molhado". As pessoas se tiverem realmente motivos para irem lá a baixo, vão. 99% dos residentes não vão lá a baixo, vão para o shopping ou outros sítios. Não vão lá a baixo porque não querem ou não têm vontade de ir. Se há pessoa que vai muitas vezes ao centro de Albufeira sou eu! Isto, que se está aqui a discutir, não é argumento. Eu acho que, neste momento, o turista que está em Albufeira, vai ao centro de Albufeira. Eu compreendo que toda a gente tenha dificuldades e eu conheço as dificuldades dos comerciantes. As pessoas vão lá a baixo desde que haja condições para lá irem e que o comércio esteja aberto, e temos condições para lá irmos. Agora o termos de pagar mais vinte ou trinta cêntimos, acho que não é por aí que as pessoas deixam de lá ir. Vão lá a baixo porque há razões para ir. Agora existe um parque de estacionamento que proporciona às pessoas condições, que antigamente não tinham porque não havia parque. Acho que, desculpem a expressão, é muita politiquice. Tenho dito." -----

Ana Oliveira - "É para responder ao Sr. Luis Reis. Por acaso está afixado e também em inglês, a informação de que o parque é gratuito." -----

Sara Carvela - "Não querendo entrar em debate com o Miguel, eu só queria dizer uma coisa. Ser residente em Albufeira e ter uma casa na baixa é muito injusto ter de fazer uma despesa de 10€ para se ir visitar um familiar. O parque pode ser a melhor coisa do mundo, a mim não me satisfaz. A mim, nascida e criada em Albufeira, quero ir à baixa e não tenho onde pôr o carro, vou a pé. Esta "história" dos 10€, para quem paga, é uma



injustiça. Eu acho que o parque devia ser gratuito, para se ir à baixa, o tempo que as pessoas necessitassem. Um café é natural, 10€, acho que não.” -----

Luis Reis - “Daquilo que ouvi, temos um parque presentemente e as pessoas não se satisfazem com ele. Tenho a lembrar que, anteriormente, antes do parque e das cobranças automáticas que havia nas ruas, nós Albufeirenses tínhamos direito aos parques de estacionamento nas ruas sem pagamentos. Aos poucos foram-nos retirados os privilégios de viver em Albufeira. Presentemente estamos condicionados a pagar para ir a um sítio que nos pertence. Tenho casa lá em baixo, posso querer lá ir a essa casa, posso querer ir a um estabelecimento meu, estou lá meia hora e tenho de pagar, quando eu antes tinha direito de estacionar no centro de Albufeira. Eu contribuo com as minhas contribuições, contribuo com o meu esforço para melhorar a terra e tenho direito a regalias. Não estou a ver quais são as regalias que eu tenho, lá em baixo, como comerciante, que sou obrigado a lá estar todos os dias.” -----

Presidente da Câmara - “Nem vou entrar nessa conversa, leva-nos a alguns anos atrás e isso é complicado. O espaço comum de Albufeira tem de ser visto num conjunto completamente diferente e não assim, tão simplicista. Queria que o vereador explicasse o porquê dessa alteração. Nós não fazemos essas alterações apenas porque um dia eu me lembrei ou ele se lembrou. Há razões que nós entendemos que seria melhor assim. Ele é a pessoa para explicar porque andou durante alguns meses a monitorizar e a verificar as circunstâncias que levaram a esta intervenção. E a indicação está lá em português e inglês. Mas também os comerciantes que sabem disso, deviam promover e deviam dizer que o parque é gratuito nestas duas horas. Deviam ser os próprios a fazer essa sensibilização e a publicitar essa possibilidade. Sr. Vereador explique porque essa questão veio agora.” -----

Vereador Carlos Quintino - “Boa noite a todos. A proposta de fazer esta isenção desde há dois anos atrás partiu de mim, propus à Câmara, a Câmara aprovou e depois veio à Assembleia Municipal. Naturalmente, tendo essa proposta partido de mim, eu andei este tempo todo a verificar até quanto é que ela teria sido positiva ou negativa. Não foi negativa, naturalmente, mas o que é certo é que se detectou uma série de questões que me parecem que podem ser melhoradas. Não deixámos de falar com a Associação de Comerciantes, como ouvi aqui dizer, naturalmente que falámos com a Associação de Comerciantes antes de fazermos esta proposta no sentido de termos a sensibilidade da Associação de comerciantes, pelo menos aquela que é mais representativa no concelho e, aquilo que se conclui depois destes dois anos com esta medida implementada é que, digamos, 30% das utilizações são feitas por um expediente que na minha opinião não é um expediente correcto. Ou seja, há uma série de tiquets que são entregues repetidamente, normalmente dos mesmos estabelecimentos, onde são muitos estabelecimentos, com despesas pequenas, águas, cafés, cigarros, etc., que esse expediente é utilizado da seguinte forma: o utilizador usufrui das duas horas, apresenta esse tiquet de pequeno valor e depois dá a volta ao quarteirão, volta a entrar e apresenta outro tiquet. Temos muitas situações deste género, são à volta de 80%, estão contabilizadas e, certamente, em dois anos são uma amostra significativa



para perceber que realmente não é uma situação esporádica, chegamos à conclusão que este expediente é um expediente continuado e que em termos práticos se formos verificar os tiquets e as facturas que lá estão, poucos são aqueles que se vê que efectivamente a pessoa vai ao centro, como dizia o Miguel Mesquita e muito bem, porque quer ir ao centro e porque quer ir comprar no centro. E como aquele parque de estacionamento é um parque de estacionamento que tem uma despesa na sua gestão e manutenção, seja ela na empresa de vigilância que lá está, seja ela na manutenção dos equipamentos, do sistema de elevadores, do sistema de geradores, do sistema de combate a incêndios, na sua limpeza, na sua pintura, na sua requalificação, no gasto de electricidade, etc., todos esses custos que se tem mensalmente e são custos praticamente fixos, nós corremos o risco, de continuar esta medida desta forma, a que aquele parque dê prejuízo e um prejuízo que pode ser sério se a medida for continuada por muito tempo. Prejuízo no Inverno, naturalmente. Parece-me a mim que, aquilo que esta proposta traduz, é algo de mais justo e vai no sentido de, se efectivamente a pessoa tem a real intenção de ir ao centro fazer compras, pode usufruir deste período de tempo apresentando um comprovativo de 10€. Não é um valor elevado, eu recordo que há um sistema deste género, salvo o erro, em Portimão e que são 20€ e há muitos parques pelo país e com valores superiores com tarifários semelhantes aos nossos. E há outra questão, se for à baixa tomar um café e um pastel de nata que custa-lhe na média 1,20€ e não levar mais do que meia hora, por essa meia hora paga 0,50€, como é em todas as cidades. Aliás, há muitas cidades que não têm este tipo de regime e também têm comerciantes e associação de comerciantes. Nós entendemos tomar esta medida, mas acho que também é justo termos feito esta monitorização e termos chegado à conclusão, não é acabar com a medida porque a medida vai continuar, é continuar com a medida neste termos. E é isso que aqui trazemos para que a digníssima Assembleia se pronuncie." -----

Carlos Lima - "Em função do esclarecimento do Sr. Vereador, começo a concordar com o Miguel Mesquita. Está lá o parque, paguem e acabou. Porque me parece, pelas palavras do Sr. Vereador pode-se concluir duas ou três coisas com algumas contradições, a primeira, eu não percebo como é que as pessoas estão lá duas horas, vão dar uma volta e voltam a entrar se diz que só podem estar lá duas horas diárias. A segunda vez que entrarem lá já não é gratuito." -----

Vereador Carlos Quintino - "Isso não é possível fazer." -----

Carlos Lima - "Não é possível, mas é o que está aqui, as duas primeiras horas diárias, as outras já não são as duas primeiras. Portanto, é uma questão de fiscalização mas isso é outra coisa. Há aí contradição. A outra questão, é quando coloca a possibilidade da não rentabilidade do parque durante o Inverno. Deu-me vontade de rir, porque todos sabemos que em Albufeira, no Inverno, tudo dá prejuízo. O que é preciso é saber, como faz a formiga, amealhar no Verão para distribuir pelos doze meses. Dizer que no Inverno dá prejuízo já sabemos. E dá porquê? Porque está vazio! Se está vazio, qual é o problema de ser ocupado?! E a outra é esta: o Sr. Vereador pretende que aquilo seja viável e seja rentável, que não dê tanto prejuízo e dê para pagar geradores no Inverno.



Pergunto: se não aumenta o tarifário, será que o comerciante ao começar a vender por 20€ porque aí eu vou fazer o consumo mais 10€ para ter esse direito, depois a Câmara vai buscar algum ao comerciante para poder ser rentável no Inverno? Não tem nada a ver uma coisa com a outra, o que nós estamos aqui a falar não é da rentabilidade do parque, o que nós estamos aqui a falar é do apoio ao pequeno comércio. Nós estamos a misturar as coisas. Todas as bancadas. Uma coisa é acharmos que deve haver estacionamento lá em baixo, achamos que os residentes devem ter estacionamento, se calhar pagam 50€ por mês, não é uma enormidade, mas essa é outra questão. Não estamos a falar disso, estamos a falar do apoio ao comércio, e o apoio ao comércio só se consegue se levarmos para lá as pessoas e isso é incontornável. Mas se levarmos para lá as pessoas já com a condição "tu só podes lá ir se realmente fores fazer compras e compras deste valor", eu não sei se estamos a apoiar o comércio. Se a Associação de comerciantes foi essa a conclusão que chegaram, eu peço desculpa. Não sei se estarão todos de acordo, não sei se todos acham que vão ter mais gente a consumir. Eu vou lá a baixo e como não quero pagar os 0,50€ vou gastar 10€. Não podemos ir por aí. Ninguém vai gastar 10€ para depois poupar 0,50€. O apoio faz-se deslocando para lá as pessoas. Acho que há uma série de contradições, Sr. Vereador, mas claro, para defender a sua "dama" eu também diria umas certas contradições. A minha preocupação é o comércio tradicional e o apoio!" -----

Paulo Freitas - "Parece-me que estava noutra dimensão. Sinceramente, ainda bem que está gravado. Há poucos instantes criticava-se que os parques de estacionamento deveriam ser para rentabilizar, criticava-se que devia ser retirado o estacionamento da rua e agora quer-se afirmar que não é um parque rentável, seja de graça, quando a Câmara Municipal investiu, desculpem-me a expressão, "um pipão de dinheiro". E depois de a Câmara Municipal incentivar uma empresa a investir sete milhões de euros, onde só daqui a dezassete anos vai ter retorno, quer-se permitir que o estacionamento seja de graça e fazendo desta forma fazer concorrência desleal a quem vem cá investir dinheiro e criar postos de emprego. Esta é a política que nós queremos para Albufeira? Perdoem-me, mas não! Temos de ter aqui alguma razoabilidade nos argumentos. Parece que estamos aqui com uma pura demagogia a criticar qualquer posição que viesse da parte da Câmara, sem a noção dos argumentos. Vamos ser um bocadinho coerentes naquilo que dissemos hoje. Criticamos os parques de estacionamento porque existem. Queremos o estacionamento controlado. Agora queremos o estacionamento de graça e aberto a toda a gente. Quem é que o controla? Depois queremos empresas disponíveis para investir no parque de estacionamento onde era a antiga BP, e em seguida dizemos às empresas "venham investir sete milhões de euros que nós abrimos o outro parque de estacionamento de graça". Por amor de Deus, tenha-se alguma coerência, haja respeito pelas pessoas que estão aqui dentro, não sejamos demagogos a este ponto." -----

Miguel Mesquita - "Lima, o cérebro da questão é este, de uma forma prática. Não vêm ao centro de Albufeira as pessoas que estão em Albufeira, os residentes. Vêm para o centro de Albufeira pessoas que estão em Vale do Lobo, em Vilamoura, Carvoeiro, em Portimão, vêm jantar a Albufeira. Mas não parece justo que uma pessoa que quer vir



cá, não tem lugar no parque há um indivíduo que trabalha lá em baixo e beneficiando deste sistema, se calhar tem lá o carro durante seis ou sete horas e o indivíduo que vem as tais duas horas e que vem consumir, não tem lugar no parque. Esse é que nunca mais cá volta. Percebe?! É isso que nós estamos a discutir. Esse é o motivo porque se está a fazer isto. Não é com cafés que os comerciantes ganham mais. Com todo o respeito, é a minha opinião." -----

Carlos Lima - "As palavras do deputado Paulo Freitas eram dirigidas pela demagogia, a não ser que essa demagogia seja para a proposta da Câmara, porque a Câmara é que está a propor duas horas gratuitas para o parque. Diferença que há com a minha é, não tem nada a ver pagar ou não pagar, porque se toda a gente chegar lá a baixo e fizer consumo de 10€, não paga. Não sei se os deputados Paulo Freitas e Miguel Mesquita vão apresentar outra proposta, que é pura e simplesmente, retirar a proposta da Câmara, eu retiro a minha e a partir daí toda a gente paga. Demagogia, não vejo nenhuma. Demagogia é deles se agora não apresentarem proposta nenhuma, a dizer que aquele parque pura e simplesmente deve ser pago, porque há ali investimento e as pessoas têm que pagar e, as pessoas vêm de Portimão chegam lá vê o parque completamente cheio e vão-se embora." -----

Luis Reis - "O centro de Albufeira está morto, independentemente de se pedir 10 ou 5€. Nada funciona, 50% do comércio está fechado, faliu ou está em vias disso. Qualquer incentivo a ir lá a baixo, nem que seja alguém da Mesa que vá lá passear para ver como é que está o chão da Av. 25 de Abril e não pague as primeiras duas horas, é bem-vindo. As pessoas a partir das sete da noite já não vão lá a baixo porque é perigoso lá ir, não há lá ninguém. Qualquer incentivo é válido." -----
Não havendo mais intervenções, o Presidente da A.M. coloca as duas propostas a votação, em alternativa. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA "A" - apresentada pela C.M.A. - dezanove (19) votos favoráveis (Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Nuno Lisboa, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Anabela Nobre, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro) -----

PROPOSTA "B" - apresentada pelo Membro Carlos Lima - cinco (05) votos favoráveis (Vítor Clemente, Sara Carvela, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis) -----

A Membro Rosário Charrua não votou. -----

É aprovada a proposta apresentada pela C.M.A. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----



Albufeira, 19 de Novembro de 2010 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____